



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 10

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizador)

Educação Políticas Estruturação e Organizações 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 10 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 10)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-311-8

DOI 10.22533/at.ed.118190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 10” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O TRATAMENTO DE CONTEÚDOS CONCEITUAIS PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS A PARTIR DO JOGO MATEMÁTICO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Pâmella Azevedo Araújo</i> <i>Mônica Augusta dos Santos Neto</i> <i>Claudiene dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903041	
CAPÍTULO 2	12
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Lucas Vinícius Junqueira Cavallache</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903042	
CAPÍTULO 3	24
O USO DE UMA FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	
<i>Viviane Poersch Maldaner</i> <i>Ranaí Gonçalves Sangic</i> <i>Sonia Maria da Silva Junqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903043	
CAPÍTULO 4	33
O USO DO APLICATIVO SCRATCHJR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Waleria Lindoso Dantas Assis</i> <i>Tyciana Vasconcelos Batalha</i> <i>Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903044	
CAPÍTULO 5	41
OFICINANDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES NO ENSINO DE BIOLOGIA	
<i>Francisco Bruno Silva Lobo</i> <i>Rayane de Tasso Moreira Ribeiro</i> <i>Lydia Dayanne Maia Pantoja</i> <i>Germana Costa Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903045	
CAPÍTULO 6	53
OS DESAFIOS DOS DOCENTES EM MEIO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Amanda Raquel Medeiros Domingos</i> <i>Ervânia da Silva Marinho</i> <i>Maria Nazaré dos Santos Galdino</i> <i>Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903046	

CAPÍTULO 7	65
OS DESENHOS INFANTIS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS	
<i>Alexandra Nascimento de Andrade</i>	
<i>Carolina Brandão Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903047	
CAPÍTULO 8	74
OS PROJETOS DE LEITURA NA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO: LER PARA SE LIBERTAR, NÃO PARA ALIENAR	
<i>Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço</i>	
<i>Noemi Campos Freitas Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903048	
CAPÍTULO 9	80
EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	
<i>Danielli Vacari de Brum</i>	
<i>Danielly Eponina Santos Gamenha</i>	
<i>Maria Beatriz Souza Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1181903049	
CAPÍTULO 10	93
PARA ALÉM DO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA	
<i>Vívia de Melo Silva</i>	
<i>Melânia Mendonça Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030410	
CAPÍTULO 11	107
PARRESÍA E CUIDADO DE SI: O DILEMA FOUCAULTIANO DAS FORMAS DA VERDADE NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA	
<i>Filipe Kamargo de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030411	
CAPÍTULO 12	119
PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Winnie Gomes da Silva</i>	
<i>Antonio Roazzi</i>	
<i>Maria Inês Gasparetto Higuchi</i>	
<i>Aparecida da Silva Xavier Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030412	
CAPÍTULO 13	129
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
<i>Victor Hugo Silva Rodrigues</i>	
<i>Érika Santos Silva</i>	
<i>Arlinda Cantero Dorsa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030413	

CAPÍTULO 14	138
PEDAGOGIA DIFERENCIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE PEDAGÓGICO PARA ESTUDANTES COM DESORDENS ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM	
<i>Roseline Nascimento de Ardiles</i> <i>Roseane Nascimento da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030414	
CAPÍTULO 15	153
PERCALÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	
<i>Blanca Martín Salvago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030415	
CAPÍTULO 16	165
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DE DUAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE GOIÂNIA (GO)	
<i>Hugo Marques Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030416	
CAPÍTULO 17	178
PERFIL ALIMENTAR DOS ESCOLARES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
<i>Dayane de Melo Barros</i> <i>Danielle Feijó de Moura</i> <i>Tamiris Alves Rocha</i> <i>Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa</i> <i>Maria Heloisa Moura de Oliveira</i> <i>Gisele Priscilla de Barros Alves Silva</i> <i>José André Carneiro da Silva</i> <i>Roberta de Albuquerque Bento da Fonte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030417	
CAPÍTULO 18	184
PERFIL DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE LEOPOLDINA	
<i>Daniela Ferreira de Souza</i> <i>Beatriz Gonçalves Brasileiro</i> <i>Edivânia Maria Gourete Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030418	
CAPÍTULO 19	195
PERFIL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE PERNAMBUCANO SOBRE O DESCARTE ADEQUADO/INADEQUADO DE MEDICAMENTOS	
<i>Juliana Thais da Silva Amaral</i> <i>Paloma Lourenço Silveira de Araújo</i> <i>Eduarda do Nascimento Serra Sêca</i> <i>Ana Paula Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030419	

CAPÍTULO 20	203
PERSPECTIVANDO O APRENDER E ENSINAR MÚSICA: EXPERIENCIANDO E REFLETINDO DESDE O SUBPROJETO PIBID-MÚSICA DA UFRJ	
<i>Celso Garcia de Araújo Ramalho</i>	
<i>Anderson Carmo de Carvalho</i>	
<i>Camila Oliveira Querino</i>	
<i>Eliete Vasconcelos Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030420	
CAPÍTULO 21	212
PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS	
<i>Gislane Damasceno Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030421	
CAPÍTULO 22	223
PESQUISA E MÉTODO: CAMINHOS QUE CONTRIBUEM PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
<i>Adriana Vieira Lins</i>	
<i>Ciro Bezerra</i>	
<i>Daniella Meneses de Oliveira Arroxellas</i>	
<i>Claudio da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030422	
CAPÍTULO 23	232
PESQUISAS SOBRE CORPO E GÊNERO NAS REVISTAS DA ABEM	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i>	
<i>Bruno Felix da Costa Almeida</i>	
<i>Daniele Isabel Ertel</i>	
<i>Diego Luis Faleiro Herencio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030423	
CAPÍTULO 24	243
PIBID E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A PERCEPÇÃO DOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM EVIDÊNCIA	
<i>Maria Judivanda da Cunha</i>	
<i>Bernardino Galdino de Senna Neto</i>	
<i>Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares</i>	
<i>Fábio Alexandre Araujo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030424	
CAPÍTULO 25	246
PIBID TEATRO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS COLETIVOS E COLABORATIVOS	
<i>Thais Santos de Souza</i>	
<i>Michele Louise Schiocchet</i>	
<i>Natália Faelize Lins de Avelar</i>	
<i>Gisele do Valle Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030425	

CAPÍTULO 26	250
PIPEX NA ZONA RURAL: AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON	
<i>Rodrigo Emanuel Celestino dos Santos</i> <i>Raquel Cordeiro Nogueira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030426	
CAPÍTULO 27	260
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EAD: ESTUDO DE CASO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO CETAM-EAD/E-TEC NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	
<i>Márcio Pires Fonseca</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030427	
CAPÍTULO 28	271
PLANEJAMENTO INTERDISCIPLINAR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA NO IFRR: DIMENSÕES PRÁTICAS DE PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	
<i>Maria Betânia Gomes Grisi</i> <i>Maria de Fátima Freire de Araújo</i> <i>Clecia Cristina da Silva Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030428	
CAPÍTULO 29	283
PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE WEBCONFERÊNCIA: ELEMENTO MEDIADOR DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Renato Luiz Vieira de Carvalho</i> <i>Williana Carla Silva Alves</i> <i>Grazianny Santiago Amorim Araújo</i> <i>Roselito Delmiro da Silva</i> <i>José de Lima Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030429	
CAPÍTULO 30	291
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE PENSAM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Jéssyka Souza Costa</i> <i>Sonia Bessa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030430	
CAPÍTULO 31	307
POLIFONIA DO DISCURSO EM SALA DE AULA: O IMPACTO DAS AULAS ORGÂNICAS	
<i>Alexandre Robson Martines</i>	
DOI 10.22533/at.ed.11819030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	320

PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Winnie Gomes da Silva

Universidade Federal de Pernambuco,
winniegomes@hotmail.com

Antonio Roazzi

Universidade Federal de Pernambuco,
roazzi@gmail.com

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia,
mines@inpa.gov.br

Aparecida da Silva Xavier Barros

Instituto Federal da Paraíba,
aparecidaxbarros@hotmail.com

RESUMO: A Educação Ambiental é uma prática educativa prevista em Lei (n. 9.795, de 27 de abril de 1999) e tem como objetivo principal a formação socioambiental, isto é, promover o comportamento ambientalmente responsável, não apenas com foco na preservação e conservação de recursos naturais, mas nas relações sociais, na relação com a cidade, com o ambiente domiciliar, o ambiente escolar, etc. A proposta do estudo (quantitativo) teve como objetivo investigar se os universitários de Manaus e Recife participaram de alguma atividade de educação ambiental. Os dados da pesquisa foram submetidos ao software estatístico SPSS para elaboração de análise estatística descritiva. O estudo identificou que 81% dos universitários não participaram de

nenhuma atividade de educação ambiental. Esse resultado apresenta um dado preocupante e alarmante sobre a ausência de atividades em educação ambiental na educação básica, bem como a falta de formação docente dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental, universitários, comportamento ambientalmente responsável

1 | INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, a educação ambiental é um processo educativo em que os indivíduos passam por um processo para adquirir conhecimentos, desenvolver valores, habilidades e comportamentos sobre o debate socioambiental. Entende-se que essa construção possibilita a formação de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população (BARRA, 2006; JANKE; TONZONI-REIS, 2008).

Higuchi, Alves e Sacramento (2009) destacam que os programas de educação ambiental têm como missão amadurecer o potencial do indivíduo como cidadão. Assim, o processo de aprendizagem discute questões de cidadania e responsabilidade social, os quais são necessários para práticas de solidariedade, superação da segregação social e combate ao

desrespeito aos recursos naturais.

Por isso, o processo educativo não se restringe apenas na transmissão de informação, mas na formação dos indivíduos, capazes de (re)pensarem a sua prática social de forma crítica e reflexiva (JANKE; TONZONI-REIS, 2008).

Além da formação de cidadania ambiental, Silva, Higuchi e Farias (2015) destacam que as atividades de educação ambiental contribuem para o desenvolvimento de características psicológicas e sociais, os quais repercutem no engajamento de jovens no ambiente escolar, familiar e com as questões socioambientais.

Nesse sentido, Reigota (2007) afirma que a educação ambiental tem o papel de contribuir para o contexto social, ou seja, para uma sociedade democrática, justa e ecologicamente sustentável. Isso significa que a proposta educativa não se restringe apenas no âmbito individual, mas coletivo.

Loureiro (2005) explica que a prática educativa possui dois macros eixos: o primeiro conservador/comportamentalista, o qual envolve características de ordem naturalista e conservacionista, individualista, reducionista e com pouca ênfase no desenvolvimento da cidadania. Jacobi (2003) descreve esse eixo como o modelo mais presente na sociedade, o qual explora temas referentes a lixo, preservação, entre outros. Essa realidade forma uma população passiva em relação aos problemas socioambientais.

O segundo eixo descrito por Loureiro (2005), transformador/crítico/emancipatório, é constituído por autonomia, participação social, exercício da cidadania e transformações de valores. Esse vai ao encontro da segunda proposta de Jacobi (2003), o qual representa as ações de cidadania para com as questões socioambientais, sendo esta vertente o eixo central da educação ambiental.

Loureiro (2005) ressalta a necessidade de propostas pedagógicas que desenvolvam consciência, mudanças de atitudes, práticas sociais, aquisição de conhecimentos, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

Para fins didáticos, Currie (1998) propõe a prática em educação ambiental a partir de eixos norteadores, os quais funcionam como um guia para o desenvolvimento dos trabalhos. A autora destaca que o primeiro eixo norteador é o papel do *eu* no ambiente, para trabalhar sobre responsabilidade pessoal e, posteriormente, ampliar para outros contextos da vida do sujeito como família, comunidade, município até atingir o meio ambiente do planeta terra.

“As crianças devem aprender a pensar globalmente enquanto agem localmente” (CURRIE, 1998, p.13). Trata-se de educar “para” e “com” a natureza, ensinando as relações entre a sociedade e a natureza e os processos históricos que estão envolvidos no modelo de desenvolvimento adotado pelos grupos sociais (MEDINA; SANTOS, 1999).

Devido à complexidade da educação ambiental, no que se refere a mudança de comportamentos e valores em relação ao meio ambiente, exige que os projetos sejam um processo a longo prazo, para que as crianças e/ou jovens aprofundem o

conhecimento e compreendam a essência da atividade e possam refletir sobre sua realidade (MENEZES, 2007).

Em linhas gerais, compreendemos que a educação ambiental se compromete não apenas com os conhecimentos referentes ao meio ambiente, mas com mudanças de comportamentos, hábitos para a preservação e conservação do meio ambiente, seja natural ou urbano. Busca-se a formação de pessoas engajadas na sociedade que se posicionem frente suas escolhas individuais e coletivas, comprometidos com o exercício da cidadania.

2 | MÉTODO

O objetivo do estudo foi identificar as experiências dos universitários em atividades de educação ambiental. A primeira etapa da pesquisa seguiu os trâmites devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE 02134612.1.0000.5208).

O estudo foi realizado em duas instituições privadas de ensino superior nos cursos de Administração, Direito, Psicologia, Engenharia Química e Arquitetura, nas cidades de Manaus e Recife. A seleção da amostra foi por conveniência (amostra não probabilística), ou seja, os participantes são selecionados conforme a disponibilidade para responder o instrumento da pesquisa. Assim, participaram no total 475 universitários, 181 de Manaus e 294 de Recife.

A coleta de dados aconteceu após o agendamento com os coordenadores dos cursos, os quais encaminharam a pesquisadora aos professores que cederam um tempo de suas aulas para os estudantes responderem. Após apresentação da pesquisa aos universitários, foi distribuído o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento de pesquisa foi composto um questionário com informações básicas, como sexo, idade, curso, período do curso e estado civil. Ainda, foi incluída uma questão fechada para assinalar “SIM” ou “NÃO”: *Você já participou de algum programa de educação ambiental? Caso a resposta fosse positiva, o estudante responderia as demais perguntas: Se SIM, onde? Quanto tempo?*

As respostas foram tabuladas no software de estatística SPSS e submetidas para a análise estatística descritiva, a fim de verificar o percentual das respostas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 475 universitários da cidade de Manaus (n=181) e Recife (n=294). A distribuição por sexo são 289 (60,8%) do sexo feminino e 186 (39,2%) do sexo masculino. As idades dos universitários estão entre 17-20 anos (24,8%), 21-30 anos (57,1%), 31-40 anos (12,2%), 41-50 anos (3,8%) e 51-62 anos (2,1%).

Os participantes estão distribuídos nos seguintes cursos: Arquitetura, total de 59 (12,4%), 27 (Manaus) e 32 (Recife); Administração, total de 53 (11,2%), 20 (Manaus) e 33 (Recife); Psicologia, total de 95 (20%), 35 (Manaus) e 60 (Recife); Engenharia Química, total de 112 (23,6%), 46 (Manaus) e 66 (Recife); Direito, total de 156 (32,8%), 53 (Manaus) e 103 (Recife).

Em relação à participação de atividades de educação ambiental, 19% disseram que já participaram de algum tipo de atividade e, 81% disseram que não.

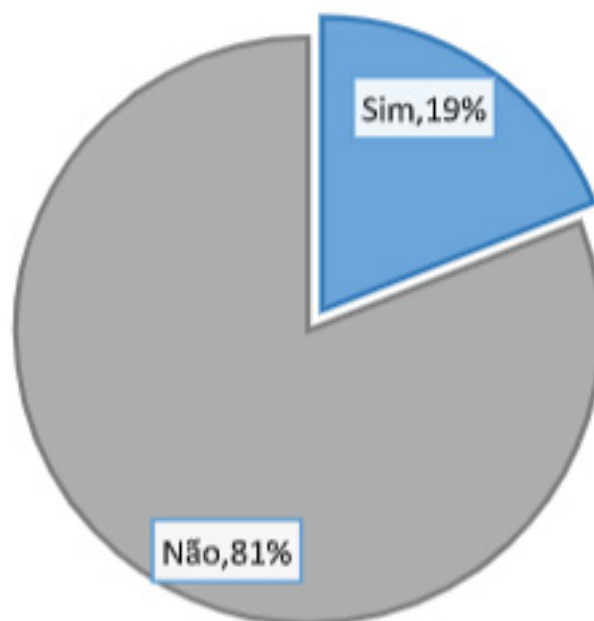


Figura 1. Participação dos universitários em atividades

A partir dos 19% que participaram de alguma atividade, os espaços em que aconteceram foram: escola (34%), faculdade (20%), trabalho (12%), comunidade/bairro (10%), instituições ambientais (11%), outros (13%).

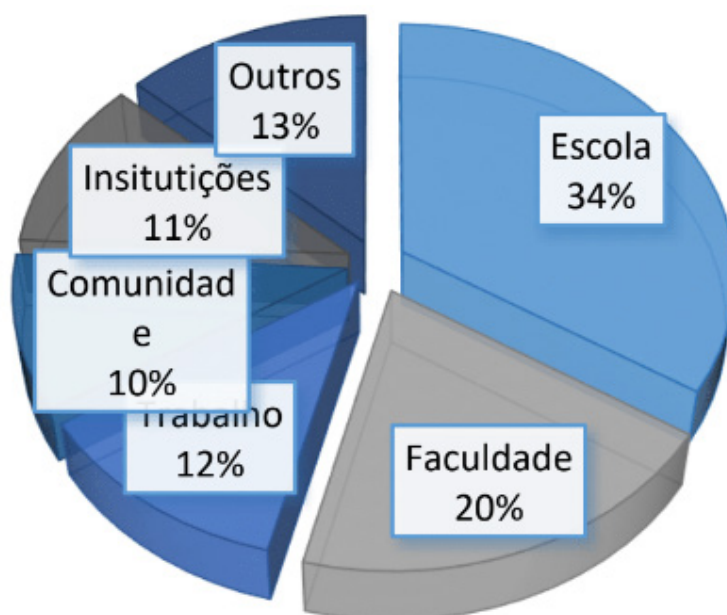


Figura 2. Espaços das atividades

O tempo de vida das atividades foram de até 2 semanas (7,9%), de 1 a 6 meses (5,2%), 1 ano (2,3%) e 2 anos ou mais (2,8%).

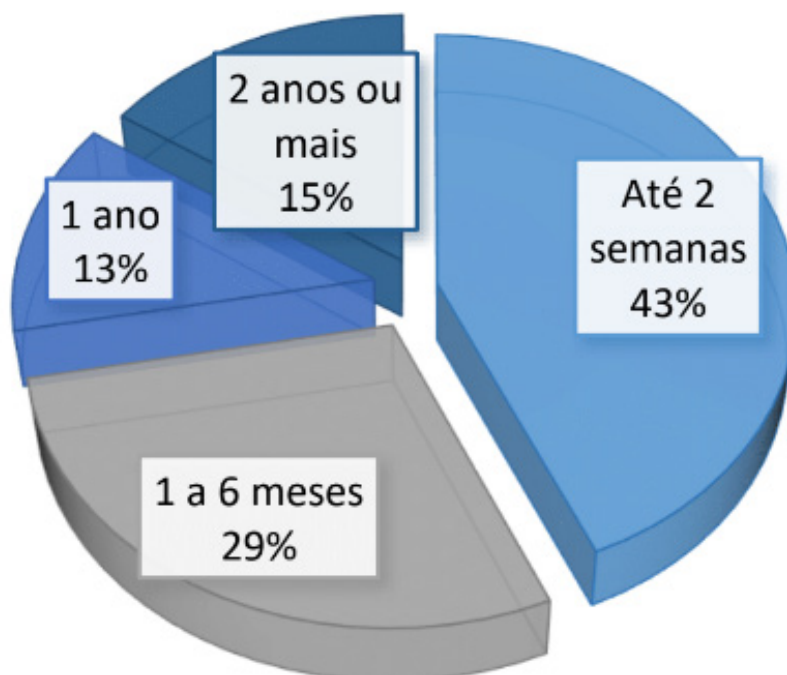


Figura 3. Tempo das atividades

Os dados apresentam um dado alarmante ao identificar que 81% dos universitários, Manaus e Recife, não participaram de alguma atividade de educação ambiental. Essa realidade nos apresenta uma sociedade com jovens distantes do debate socioambiental, e possivelmente, reflete a falta de compromisso com tais questões.

A educação ambiental tem como base a formação socioambiental para construir uma sociedade responsável com os recursos naturais e sociais. A base do comportamento humano é vista como uma solução para os problemas ambientais a partir da promoção de mudanças comportamentais, pois quando o ser humano lida com o seu ambiente afeta não só a terra em que se vive, mas de outras pessoas que compartilham o seu ambiente (ITTELSON *et al.*, 1974; STEG; VLEK. 2009).

Ittelson *et al.* (1974) nos diz que a busca deste comportamento ambiental nos apresenta um novo homem, o homem ambiental. Este, não se limita apenas no uso funcional que se faz do ambiente, mas nos valores humanos que são expressos através da disposição em moldá-lo a um objetivo ético, pois este homem (homem ambiental), não se encontra apenas numa crise com o ecossistema, mas com seu próprio self.

As atividades educação ambiental vão ao encontro dessa ideia de que não basta apenas conhecimento científico sobre o meio ambiente, embora seja um dos elementos no processo, mas é preciso pensar para além disso, mas pensar no processo psicossocial envolvido no processo e assim, promover mudanças na sociedade.

Silva, Higuchi e Farias (2015) analisaram um projeto de educação ambiental, e identificou mudanças no ambiente escolar como: superação da vergonha, desenvoltura

da comunicação em apresentações de seminários escolares, estreitar relações sociais com os colegas, compromisso com as questões escolares, além de contribuir para o desempenho acadêmico; no ambiente familiar, se identificou que os familiares tiveram mudanças de hábitos em relação às questões socioambientais, após a atuação dos filhos como protagonistas socioambientais. Ainda, houve estreitamento de laços afetivos e socialização entre os familiares e os jovens; e na relação dos jovens com o meio ambiente, foi possível constatar a atuação da cidadania ambiental e ações de responsabilidade ambiental, em que os jovens buscam disseminar e/ou intervir em comportamentos de descuido ambiental.

É fato que a educação ambiental tem muito a contribuir para formação psicossocial da sociedade em relação as questões socioambientais. É uma realidade que não pode ser ofuscada, trata-se não apenas de proteção e conservação dos recursos naturais ou desenvolvimento sustentável, mas de pessoas que precisam desenvolver seu comportamento ambientalmente responsável.

Essa primeira problemática desencadeia outra, sobre a formação inicial e continuada dos professores em relação a educação ambiental. Embora, 19% tenham afirmado que participaram de alguma atividade de educação ambiental, principalmente na escola ou faculdade, é preciso refletir sobre essa questão. É um dado muito inferior em comparação aos 81% que não participaram.

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, destaca que a Educação Ambiental precisa estar presente desde a educação infantil até o ensino superior e as demais modalidades educacionais:

Art. 9o Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (DIÁRIO OFICIAL, s/d, 1999).

Nos documentos oficiais é possível compreender esse contexto, especialmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394) no seu Capítulo IV, Artigo 43, o qual aborda os objetivos da educação superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (SENADO FEDERAL, 2017, p.32-33).

O principal documento reconhece o incentivo de pesquisa e extensão, pensamento crítico, formação cultural, divulgação científica, conhecimento com base na demanda da sociedade nos níveis, nacional e regional, além da importância da formação dos profissionais que irão atuar na educação básica. Mas, não há nada que destaque a importância para formação socioambiental.

Amaral (2001) identificou três concepções básicas sobre a concepção do meio ambiente no ensino de ciências, a partir do currículo e da prática pedagógica dos professores:

1) Eixo apêndice: a educação ambiental é concebida como um acréscimo ao ensino de ciências por meio de conceitos; o ambiente é aplicado como conhecimento teórico; conhecimentos sobre os problemas ambientais; acervo de recursos naturais.

2) Eixo paralelo: conteúdos teóricos tradicionais, sem associação com a realidade. Abordam em sala de aula apenas sobre a realidade natural ou construída. Geralmente, os projetos assumem uma atividade de investigação dos fenômenos naturais e de avaliação dos impactos ambientais.

3) Eixo integrador: os conteúdos tradicionais são trabalhados com foco na questão ambiental. Isso ocorre a partir da abordagem metodológica de ensino: experiências prévias dos alunos, atividades de investigação do ambiente e formação de conceitos.

Nesse caminho, Oliveira, Obara e Rodrigues (2007) investigaram como as questões ambientais são desenvolvidas no ensino de ciências. O estudo identificou três categorias:

1) Meio ambiente na prática pedagógica dos professores: os professores

trabalham apenas com base nos livros didáticos; praticam uma educação ambiental pautada na preservação dos recursos naturais sem articulação com os aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais; a atividade sobre o lixo, coleta seletiva, jardinagem e construção de hortas é uma temática recorrente na prática dos professores; as atividades de campo são apontadas como prática importante para trabalhar as questões ambientais; os professores levam em consideração a representação de ambiente dos alunos.

2) Concepções de meio ambiente: o ambiente é apontado como natural biológico; como interação entre o biológico e físico; visão antropocêntrica; os professores não sabem expressar suas ideias a respeito do meio ambiente.

3) Concepções de educação ambiental: tradicional, pautada numa educação para preservação ou conservação da natureza; busca de uma educação integradora para promover mudanças em relação ao meio ambiente; veem o papel da docência como disseminador sobre as questões ambientais para desenvolver sensibilização ambiental nos alunos, familiares e amigos.

Além disso, Chaves e Farias (2005) identificaram que os professores se queixam da atual formação para desenvolver uma atuação interdisciplinar sobre as questões socioambientais.

A sociedade exige que os professores debatam em suas práticas educativas a realidade socioambiental da sociedade, mas há carência na formação inicial. Por isso, a realidade do debate socioambiental não tem aprofundamento na educação básica, pois os professores não têm uma formação socioambiental para questionar e refletir aspectos sociais, políticos e econômicos (ARAÚJO, 2004; GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003).

Historicamente a relação da universidade com as questões socioambientais foi difícil pois a organização por departamentos reforça as especificidades dos conhecimentos e deixam de lado as posições pluralistas, assim, faz-se necessário mudar as pessoas que atuam nas instituições de ensino superior para que a temática tenha menos entraves para sua inserção (GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003; GUIMARÃES; INFORSATO, 2011).

A educação ambiental na educação superior deve estar presente nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), não como uma disciplina, mas para promover debates e atividades práticas. Assim, a formação deve possibilitar que os futuros professores elaborem o saber pedagógico inter-relacionado com o conhecimento específico socioambiental, incentivar o desenvolvimento profissional para autoformação e debater de forma interdisciplinar, ou seja, precisam compreender dimensões biológicas, químicas, físicas e sociopolíticas (MACIEL; SANTOS; FACHÍN-TERÁN, 2012; ARAÚJO, 2004; GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003; GUIMARÃES; INFORSATO, 2011).

As questões socioambientais compõem a realidade presente nos dias atuais, discutir sobre as condições atuais e fazer estimativas sobre o futuro da humanidade, procurar soluções aplicáveis no cotidiano e na tecnologia, e promover mudanças de

comportamento, é uma preocupação da sociedade.

É um contexto preocupante, pois não se trata apenas de conhecer conceitos simplórios sobre o tema, mas significa promover mudanças de ordem psicossocial na formação dos professores. Assim, faz-se necessário refletir sobre a realidade docente nesse contexto e a possível repercussão na falta de práticas pedagógicas.

4 | CONSIDERAÇÕES

A educação ambiental precisa ser desenvolvida na educação formal e informal, em todos os níveis de ensino, infantil, fundamental, médio, superior, profissionalizante e EJA. Frente as problemáticas socioambientais que são veiculadas na comunidade científica e na mídia, é algo impensável não abordar a realidade que vivenciamos.

A Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, não garante sua aplicabilidade, fato identificado no estudo ao constatar que 81% dos universitários de Manaus e Recife, com idade entre 18 e 62 anos de idade, nunca participaram de alguma atividade de educação ambiental.

É preciso, urgentemente, refletir e criar estratégias para que esse fato seja revertido em projetos pedagógicos em todos os âmbitos de ensino, e principalmente, na formação inicial de professores polivalentes (pedagogia, nas áreas de ensino de ciências e geografia), e dos cursos de licenciatura em ciências biológicas e geografia, pois são áreas que tem como intersecção as questões socioambientais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. A. Educação ambiental e ensino de ciências: uma história de controvérsias. **Proposições**, v. 12, n. 1, p. 73-93, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644012>>. Acesso em: 17/10/2010.

ARAÚJO, C. P. **Ensino de Ciências no Ensino fundamental em diferentes espaços educativos usando o tema da conservação da Fauna Amazônica**. 105 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <<http://tede.uea.edu.br/jspui/handle/tede/93>>. Acesso em: 08/11/2016.

BARRA, V. M. M. Exploração de necessidades socioeducativas e análise de modelos formativos de educação ambiental com caráter experimental. **Educar**, n. 27, p. 111-128, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 31/08/2008.

CHAVES, A. L.; FARIAS, M. E. Meio ambiente, escola e formação dos professores. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p.63-71, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5274417>>. Acesso em: 12/02/2018.

CURRIE, K. L. (Col.). **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GUIMARÃES; S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente e Educação**, v. 8, n. 1, pp.55-71, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/898>>. Acesso em: 12/02/2018.

GUIMARÃES; S. S. M.; INFORSATO, E. C. A universidade e as questões ambientais: a formação de professores em destaque. **Bioikos**, v.25 n.1, pp.53-63, 2011. Disponível em: <https://lesec.icb.ufg.br/up/263/o/Artigo%20Simone_Bioikos.pdf?1328752609>. Acesso em: 12/02/2018.

HIGUCHI, M.I.G.; ALVES, H.H.S.C.; SACRAMENTO, L.C. A Arte no Processo Educativo de Cuidado Pessoal e Ambiental. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.231-250, jan./jun. 2009. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/higuchi-alves-sacramento.pdf>. Acesso em: 17/10/2010.

ITTELSON, W.H.; PROSHANKY, H.M.; RIVLIN, L.G.; WINKEL, G.H. Homem Ambiental. *Série: Textos de Psicologia Ambiental*, n. 14. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 1974.

JANKE, N.; TOZONI-REIS, M.F.C. Produção Coletiva de Conhecimentos Sobre Qualidade de Vida: por uma Educação Ambiental Participativa e Emancipatória. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 1, p. 147-157, 2008. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 31 ago 2008.

LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 6ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27289.pdf>>. Acesso em: 10/08/2010.

MACIEL, H. M.; SANTOS, S. L.; FACHÍN-TERÁN, A. Alfabetização ecológica: um novo olhar no contexto amazônico. **Anais do 2º Simpósio em Educação em Ciências na Amazônia – VII Seminário de Ensino de Ciências na Amazônia**, v.7, 2012. Disponível em: <http://files.ensinodeciencia.webnode.com.br/200000805-104a810ced/2012_Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20ecol%C3%B3gica_um%20novo%20olhar%20no%20contexto%20amaz%C3%B4nico.pdf>. Acesso em: 20/02/2018

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa da formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, A. L.; OBARA, A. T.; RODRIGUES, Maria Aparecida. Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 3, p. 471-495, 2007. Disponível em: <https://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART1_Vol6_N3.pdf>. Acesso em: 12/02/2018.

REIGOTA, M.A. S. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Avaliação**, v. 12 n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31/08/2008.

SILVA, W. G.; HIGUCHI, M. I. G.; FARIAS, M. S. M. Educação ambiental na formação psicossocial dos jovens. **Ciência & Educação**, v. 21, n. 4, p. 1031-1047, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v21n4/1516-7313-ciedu-21-04-1031.pdf>>. Acesso em: 10/02/2018.

STEG, L.; VLEK, C. Encouraging pro-environmental behaviour: na integrative review and research agenda. **Journal of Environmental Psychology**, v. 29, 309-317, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494408000959>>. Acesso em: 05/05/2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-311-8

